

MODELO DE NEGÓCIO DE INOVAÇÃO SOCIAL: Integração entre estudantes de gestão e o terceiro setor

SOCIAL INNOVATION BUSINESS MODEL: Integration between management students and the third sector

Joselene Abadia dos Santos¹

Luciana Maria Gasparelo Spigolon Frollini²

RESUMO

Este trabalho propõe um modelo de negócio de inovação social voltado à criação de uma plataforma digital que conecta estudantes universitários das áreas de Administração, Contabilidade e Gestão de Negócios a Organizações Não Governamentais (ONGs) que enfrentam dificuldades em suas rotinas de gestão. A proposta visa promover a integração entre o conhecimento acadêmico e as necessidades práticas do Terceiro Setor, por meio de atividades de estágio supervisionado e extensão universitária, de modo a fortalecer as capacidades organizacionais das ONGs e proporcionar aprendizagem aplicada aos estudantes. A metodologia utilizada baseia-se em pesquisa bibliográfica e exploratória, com levantamento sobre o Terceiro Setor, marcos regulatórios de estágio e extensão, além da aplicação de ferramentas de modelagem de negócios, como o Business Model Canvas. Os resultados apontam que o modelo é viável e contribui para o fortalecimento institucional das ONGs e para a aprendizagem prática dos estudantes, promovendo benefícios mútuos e ampliando a integração entre ensino superior e o Terceiro Setor.

Palavras-chave: inovação social; estágio supervisionado; extensão universitária, terceiro setor.

ABSTRACT

This study proposes a social innovation business model aimed at creating a digital platform that connects university students from the fields of Administration, Accounting, and Business Management to Non-Governmental Organizations (NGOs) that face challenges in their managerial routines. The proposal seeks to promote the integration between academic knowledge and the practical needs of the Third Sector through supervised internship activities and university extension programs, in order to strengthen the organizational capacities of NGOs and provide applied learning opportunities for students. The methodology is based on bibliographic and exploratory research, including an analysis of the Third Sector, regulatory frameworks for internships and extension activities, and the application of business modeling tools such as the Business Model Canvas. The results indicate that the model is viable and

¹ Graduada na Faculdade de Tecnologia de Ribeirão Preto - FATEC Ribeirão Preto - joselenesantos@gmail.com.

² Professora Doutora na Faculdade de Tecnologia de Ribeirão Preto - FATEC Ribeirão Preto - luciana.spigolon01@fatec.sp.gov.br.

contributes to the institutional strengthening of NGOs and to students' practical learning, generating mutual benefits and enhancing the integration between higher education and the Third Sector.

Keywords: social innovation; supervised internship; university extension; third sector.

1 INTRODUÇÃO

As Organizações Não Governamentais (ONGs) exercem um papel fundamental na promoção do desenvolvimento social e na redução das desigualdades, atuando em áreas como educação, saúde, meio ambiente e assistência social. Apesar da relevância de suas ações, muitas dessas instituições enfrentam dificuldades relacionadas à gestão administrativa e à sustentabilidade financeira, o que impacta diretamente a continuidade e a eficiência de seus projetos (Observatório do terceiro setor, 2023; Filantropia Ong, 2024).

Paralelamente, estudantes universitários de cursos como Administração, Contabilidade e Gestão de Negócios enfrentam desafios em aplicar os conhecimentos adquiridos na prática, especialmente em contextos que envolvem propósito social e real necessidade de gestão. (Volpato, 2023; Dias; Benevides, 2021).

A dificuldade das ONGs em obter apoio técnico e a necessidade dos estudantes de adquirir experiência prática evidenciam uma oportunidade de inovação social e colaboração entre esses dois públicos.

Nesse contexto, este trabalho tem o objetivo de propor um modelo de negócio de inovação social que conecte o conhecimento de graduandos das áreas de gestão às necessidades de gestão das ONGs, contribuindo para a formação prática e para o fortalecimento institucional do Terceiro Setor.

A proposta baseia-se na aplicação de princípios de inovação social, ao unir a solução de problemas sociais com o desenvolvimento de competências profissionais, além de estar alinhada ao Marco Legal das Startups (Lei Complementar nº 182/2021), que incentiva modelos de negócios inovadores e de impacto (Brasil, 2021).

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, com caráter exploratório e aplicado, fundamentando-se em revisão bibliográfica e documental sobre Terceiro Setor, estágio, extensão e inovação social. Para estruturar a solução proposta, utilizou-se o Business Model Canvas, permitindo analisar o contexto estudado e desenvolver o modelo de negócio da plataforma digital.

Este estudo está estruturado em cinco capítulos. No Capítulo 1, apresenta-se a introdução e a justificativa do tema. O Capítulo 2 traz a revisão bibliográfica, abordando os principais conceitos sobre ONGs, estágio supervisionado e startups. O Capítulo 3 descreve a metodologia adotada na pesquisa. No Capítulo 4, desenvolve-se o plano de negócio da startup proposta, com análise de viabilidade. Por fim, o Capítulo 5 apresenta os resultados obtidos e as considerações finais sobre o potencial de impacto e a sustentabilidade da proposta.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1. Marco Regulatório das ONGs e Transparência

Embora o termo Organização Não Governamental (ONG) seja amplamente utilizado, no contexto jurídico brasileiro a denominação mais adequada é Organização da Sociedade Civil (OSC), conforme estabelecido pelo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil — MROSC (Lei nº 13.019/2014). Algumas dessas entidades podem ainda receber a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), prevista na Lei nº 9.790/1999, quando atendem a requisitos específicos de transparência e finalidade social. Neste trabalho, adota-se predominantemente o termo ONG, utilizando-se OSC apenas quando necessário para precisão conceitual.

As ONGs e demais entidades do Terceiro Setor desempenham papel relevante na promoção da cidadania e na execução de políticas sociais. Sua atuação, entretanto, depende de marcos regulatórios que assegurem transparência e segurança jurídica. O MROSC representou avanço nesse sentido ao estabelecer regras mais claras para parcerias entre o Estado e organizações sem fins lucrativos, fortalecendo a segurança jurídica dessas relações (OAB-SP, 2016).

Apesar dos avanços legais, a falta de transparência ativa ainda constitui um dos principais desafios. Dados da Controladoria-Geral da União (CGU) indicam que apenas 15% das ONGs que receberam emendas parlamentares divulgaram de forma clara a aplicação dos recursos (Uol Notícias, 2025). Essa ausência de prestação de contas dificulta o controle social e compromete a credibilidade do setor (Brasil de Fato, 2025).

2.2. Estágio supervisionado e atividades de extensão

O estágio é um ato educativo supervisionado que integra a formação acadêmica com o ambiente profissional, conforme definido pela Lei nº 11.788/2008 (Brasil, 2008). Essa legislação diferencia os estágios obrigatórios e não obrigatórios, além de estabelecer regras quanto à carga horária, acompanhamento e proporção de estagiários em relação ao quadro de funcionários (Jusbrasil, 2021; Abres, 2022).

Além de regulamentar o vínculo entre aluno, instituição e empresa, a lei reforça o papel pedagógico do estágio, reconhecendo-o como oportunidade de aprendizagem prática e desenvolvimento de competências profissionais. Essa base legal é fundamental para a proposta do presente estudo, que visa criar uma plataforma capaz de conectar ONGs — potenciais campos de estágio — a estudantes em busca de experiência profissional.

O estágio supervisionado constitui um elo entre teoria e prática, permitindo ao estudante vivenciar situações reais de trabalho. Para Volpato (2023), ele é um componente essencial na formação profissional e na empregabilidade. Outros autores (Dias; Benevides, 2021; Reis, 2020) destacam que a supervisão adequada e a coerência entre as atividades e os objetivos do curso são determinantes para garantir a qualidade da experiência formativa.

Além do estágio, as atividades de extensão universitária também são ferramentas fundamentais de aprendizagem aplicada à sociedade. A Lei nº 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE), determina em sua *Meta 12, Estratégia 12.7* que as instituições de ensino superior devem assegurar no mínimo 10% da carga horária dos cursos em atividades de extensão, envolvendo estudantes, professores e sociedade (Brasil, 2014).

Complementarmente, a Resolução CNE/CES nº 7/2018 define a extensão como um processo interdisciplinar e formativo que articula ensino e pesquisa, promovendo a formação cidadã e a aplicação do conhecimento acadêmico em benefício da comunidade (Brasil, 2018).

2.3. Inovação Social e Startup de impacto

A sustentabilidade econômica é um dos maiores desafios enfrentados pelas ONGs brasileiras. Pesquisas apontam que 86% das organizações da sociedade civil enfrentam limitações financeiras (Observatório do Terceiro Setor, 2023), e grande parte delas depende exclusivamente de doações, o que torna suas operações vulneráveis (Filantropia Ong, 2024).

A literatura indica que estratégias de diversificação de receitas e geração de recursos próprios são essenciais para garantir autonomia e continuidade das atividades (Fundação Gerações, 2023; Assesoar, 2024). Assim, modelos inovadores de colaboração com o setor privado e acadêmico — como a plataforma proposta neste estudo — podem contribuir para a sustentabilidade das ONGs ao integrar competências técnicas e sociais.

O ambiente de inovação no Brasil tem sido impulsionado por instrumentos legais como o Marco Legal das Startups (Lei Complementar nº 182/2021), que oferece condições mais favoráveis ao empreendedorismo inovador, com menor burocracia e maior segurança jurídica (Brasil, 2021; Porto Advogados, 2021).

As startups têm se consolidado como vetores de inovação e impacto, sobretudo quando voltadas para desafios sociais. O Sebrae (2023) destaca que as startups de impacto social transformam comunidades ao desenvolver soluções em áreas como educação, meio ambiente e inclusão.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo caracteriza-se como pesquisa aplicada, com abordagem qualitativa, natureza exploratória e procedimentos baseados em pesquisa bibliográfica e modelagem de negócios. O objetivo central foi propor um modelo de negócio de inovação social que coloque em contato estudantes universitários das áreas de gestão com as necessidades gerenciais de ONGs, de modo a favorecer tanto o desenvolvimento formativo dos alunos quanto o fortalecimento institucional do Terceiro Setor.

3.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa é aplicada, pois busca gerar uma solução prática — uma plataforma digital — destinada a resolver um problema real identificado: a carência de suporte técnico nas ONGs e a dificuldade dos estudantes em vivenciar experiências práticas alinhadas à formação profissional. A abordagem qualitativa foi adotada devido ao caráter interpretativo do fenômeno estudado, permitindo analisar documentos, legislações e modelos de negócio com foco na compreensão dos contextos social, educacional e organizacional envolvidos.

Quanto aos fins, trata-se de uma pesquisa exploratória, uma vez que examina possibilidades de integração entre universidade e Terceiro Setor e analisa referências teóricas e legais que estruturam o escopo da plataforma proposta. Esse tipo de

investigação permite mapear conceitos, identificar tendências e levantar elementos essenciais para a formulação de um modelo inovador.

3.2 Procedimentos metodológicos

A condução do estudo envolveu dois procedimentos principais:

a) Pesquisa bibliográfica

Foi realizada uma revisão bibliográfica sobre temas centrais ao desenvolvimento da proposta:

Terceiro Setor, gestão de ONGs e marcos legais aplicáveis;

Estágio supervisionado e atividades de extensão universitária;

Startups, inovação social e políticas de incentivo à inovação;

Ferramentas de modelagem de negócios.

b) Aplicação de ferramentas de modelagem de negócios

Com base no referencial levantado, utilizou-se o Business Model Canvas (Osterwalder; Pigneur, 2011) para estruturar o modelo de negócio da startup. A ferramenta permitiu organizar elementos como proposta de valor, segmentos de clientes, atividades-chave, recursos, estrutura de custos, fontes de receita e parcerias estratégicas. Essa aplicação possibilitou visualizar a viabilidade do modelo, sua coerência interna e seu potencial de impacto social.

A escolha do Canvas deve-se à sua adequação para estudos de inovação e ao fato de ser amplamente utilizado na formulação de startups e projetos de impacto social, permitindo integrar aspectos educacionais, tecnológicos e organizacionais dentro de uma lógica de criação de valor compartilhado.

3.3 Delimitação da pesquisa

A investigação concentrou-se na análise documental e na construção conceitual do modelo de negócio, não contemplando a etapa de implementação ou validação empírica da plataforma. Assim, os resultados referem-se à viabilidade teórica e estrutural da proposta, com base nos dados e instrumentos utilizados. Futuras pesquisas poderão incluir testes com usuários, pilotos com universidades e avaliações de impacto social, a fim de aprimorar e validar o modelo em contextos reais.

4 MODELO DE NEGÓCIO DE INOVAÇÃO SOCIAL

O modelo de negócios proposto consiste em uma plataforma digital que conecta ONGs e estudantes universitários das áreas de Administração, contabilidade e gestão de negócios e inovação, permitindo que os alunos contribuam com demandas administrativas reais e desenvolvam competências práticas. A iniciativa une conceito de estágio supervisionado com projeto de extensão, transformando o aprendizado em uma experiência de impacto social.

A Figura 1 apresenta o Canvas do Modelo de Negócios.

Figura 1: Canvas do Modelo de Negócios



Fonte: Elaborado pelos autores com base no modelo SEBRAE (2025).

O modelo de negócio proposto foi estruturado a partir da ferramenta Business Model Canvas, de Osterwalder e Pigneur (2011), conforme a Figura 1. A seguir, apresentam-se os principais elementos e suas respectivas funções dentro da proposta de inovação social desenvolvida neste estudo.

Elemento	Comentário
Proposta de Valor	A plataforma oferece uma solução de impacto social ao conectar ONGs que carecem de gestão profissional com estudantes que desejam aplicar seus conhecimentos em um contexto real. Promove aprendizado aplicado, responsabilidade social e fortalecimento institucional das ONGs.
Segmentos de Clientes	Engloba três públicos principais: (a) ONGs e OSCs que necessitam de apoio técnico; (b) estudantes de graduação das áreas de gestão e contabilidade; e (c) universidades interessadas em promover atividades de extensão e empregabilidade.
Canais de Relacionamento	O principal canal é a plataforma digital (site e aplicativo), complementada por redes sociais, parcerias com universidades e divulgação em eventos acadêmicos e sociais.
Relacionamento com Clientes	Baseia-se em cooperação contínua e feedback mútuo. As ONGs avaliam o desempenho dos estudantes, e as universidades

Elemento	Comentário
	supervisionam as atividades, fortalecendo o elo entre ensino e prática social.
Fontes de Receita	O modelo prevê receitas provenientes de planos de adesão simbólicos, convênios institucionais, patrocínios privados e editais públicos de fomento à inovação e impacto social.
Recursos-Chave	Envolvem a plataforma tecnológica, o conhecimento dos estudantes e professores, a rede de ONGs parceiras e o suporte das instituições de ensino.
Atividades-Chave	Conexão entre ONGs e alunos, curadoria de oportunidades, acompanhamento de projetos de extensão, emissão de relatórios de estágio e monitoramento do impacto social.
Parcerias Principais	Universidades, SEBRAE, aceleradoras de impacto, ONGs, empresas patrocinadoras e órgãos de fomento à inovação. Essas parcerias garantem legitimidade, apoio técnico e sustentabilidade financeira.
Estrutura de Custos	Inclui despesas com tecnologia (desenvolvimento, manutenção e hospedagem), marketing, suporte técnico e gestão administrativa. O modelo digital garante custos reduzidos e escalabilidade.

A análise do Canvas demonstra que o modelo é equilibrado e coerente com os princípios da inovação social e da extensão universitária, pois conecta educação, tecnologia e impacto coletivo. Cada bloco contribui para a construção de uma proposta sustentável que une aprendizagem aplicada e transformação social, reforçando a missão das instituições de ensino de formar profissionais socialmente engajados.

4.1 Descrição do Negócio

A startup propõe uma plataforma digital que conecta ONGs a estudantes universitários de áreas como Administração, Contabilidade, Gestão de Negócios e afins, permitindo que os alunos contribuam com demandas administrativas reais e desenvolvam competências práticas. A iniciativa une conceitos de estágio supervisionado com o de projeto de extensão, transformando o aprendizado em uma experiência de impacto social.

Por meio do cadastro gratuito, as ONGs poderão divulgar suas necessidades administrativas e de gestão, enquanto os estudantes poderão se candidatar a essas oportunidades de forma alinhada ao seu curso e às exigências da Lei nº 11.788/2008 (Lei do Estágio).

Além de intermediar essa conexão, a plataforma oferecerá recursos complementares, como: espaço para feedback e acompanhamento de atividades, orientações sobre estágio supervisionado, certificados de participação e relatórios de desempenho, além de conteúdo educativo sobre gestão no Terceiro Setor.

4.2 Objetivos do Negócio

- Fortalecer a gestão e a sustentabilidade de ONGs por meio do apoio técnico de estudantes;
- Facilitar o acesso dos estudantes a estágios supervisionados de qualidade;

- Estimular a inovação social e a colaboração entre academia e sociedade civil;
- Criar um ecossistema sustentável de impacto e aprendizado mútuo.

4.3 Público-Alvo

Primário: ONGs/ com limitações de recursos humanos e financeiros;

Secundário: Estudantes de Administração, Contabilidade e Gestão de Negócios;

Terciário: Instituições de ensino superior e empresas que apoiam projetos de impacto social.

4.4 Proposta de Valor

A proposta de valor da startup está em gerar benefícios mútuos:

- Para as ONGs: acesso a apoio técnico gratuito e melhoria na gestão, redução de custos e fortalecimento institucional;
- Para os estudantes: experiência prática, desenvolvimento de competências e aumento portfólio profissional;
- Para as universidades: fortalecem sua política de extensão, aproximam oportunidades de estágio e garantem responsabilidade social.

4.5 Estrutura Operacional

A operação será totalmente digital, permitindo abrangência nacional e baixo custo fixo. A equipe inicial poderá ser composta por gestor de projeto, desenvolvedor web/app, assistente de suporte e responsável de marketing.

4.6 Parcerias Estratégicas

As principais parcerias previstas são com universidades, ONGs, SEBRAE, aceleradoras e empresas patrocinadoras, para apoio técnico, divulgação e sustentabilidade financeira.

4.7 Fontes de Receita

- Planos de assinatura simbólicos para ONGs;
- Convênios com instituições de ensino superior;
- Patrocínios e parcerias com empresas;
- Captação de recursos via editais públicos e privados.

4.8 Estrutura de Custos

- Desenvolvimento e manutenção tecnológica da plataforma;
- Hospedagem e segurança de dados;
- Marketing e comunicação digital;
- Remuneração da equipe e custos administrativos.

4.9 Análise de Viabilidade

A proposta é considerada viável técnica, econômica e socialmente. O modelo apresenta baixo custo fixo, tecnologia acessível e potencial de impacto positivo. Além disso, está alinhado ao Marco Legal das Startups (Lei Complementar nº 182/2021) e às ODS 4 (Educação de Qualidade), 8 (Trabalho Decente), 9 – (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e 17 (Parcerias e Meios de Implantação).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: POTENCIAL DE IMPACTO E SUSTENTABILIDADE DA PROPOSTA

A criação da plataforma de conexão entre ONGs e estudantes universitários representa uma iniciativa inovadora e socialmente relevante, ao unir dois públicos que possuem necessidades complementares.

Do ponto de vista educacional, o projeto articula ensino, pesquisa e extensão, fortalecendo o compromisso social das universidades e ampliando a aplicação do aprendizado dos alunos.

Do ponto de vista social, o projeto tem o potencial de fortalecer o Terceiro Setor, qualificando a gestão das ONGs e ampliando sua capacidade de atuação. Ao mesmo tempo, possibilita aos estudantes vivências práticas alinhadas à formação acadêmica, favorecendo o desenvolvimento de competências e a inserção no mercado de trabalho.

Do ponto de vista econômico, trata-se de um modelo sustentável e escalável, com investimento inicial baixo e fontes de receita diversificadas. No aspecto educacional, contribui para o cumprimento das exigências legais dos estágios supervisionados e estimula a responsabilidade social entre futuros profissionais.

Por fim, a proposta enquadra-se nos princípios da inovação social, empregando ferramentas empreendedoras para gerar valor coletivo e impacto positivo. A plataforma mostra-se viável, necessária e coerente com os desafios contemporâneos de inclusão, sustentabilidade e desenvolvimento social.

Trata-se, portanto, de uma proposta coerente com as diretrizes legais da educação superior e com os princípios da inovação social, promovendo a formação cidadã, o engajamento social e o fortalecimento do terceiro setor.

REFERÊNCIAS

ABRES. **Associação Brasileira de Estágio. Diretrizes e práticas do estágio no Brasil.** 2022. Disponível em: <https://www.abres.org.br>. Acesso em: 01 out. 2025.

ASSESOAR. **Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural. Sustentabilidade no Terceiro Setor: alternativas de fortalecimento institucional.** 2024. Disponível em: <https://www.assesoar.org.br>. Acesso em: 01 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 set. 2008.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 jun. 2014.

BRASIL. Lei Complementar nº 182/2021. **Marco Legal das Startups.** 2021.

Disponível em:
<https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2021/08/lei-complementar-que-estabelece-marco-legal-das-startups-entra-em-vigor-nesta-terca-feira-31>.
 Acesso em: 01 out. 2025.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 dez. 2018.

DIAS, J.; BENEVIDES, A. **Contribuições do estágio supervisionado para a formação de estudantes**. 2021. Disponível em:
<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/wp-content/uploads/2021/03/Qualidade-das-Oportunidades.pdf>. Acesso em: 01 out. 2025.

FILANTROPIA ONG. **O desafio da sustentabilidade financeira no terceiro setor: caminhos para além da doação**. 2024. Disponível em:
<https://www.filantropia.org/informacao/o-desafio-da-sustentabilidade-financeira-no-terceiro-setor-caminhos-para-alem-da-doacao>. Acesso em: 01 out. 2025.

FUNDAÇÃO GERAÇÕES. **Sustentabilidade financeira no Terceiro Setor: estratégias e caminhos possíveis**. 2023. Disponível em:
<https://www.fundacaogeracoes.org.br>. Acesso em: 01 out. 2025.

JUSBRASIL. **Entenda as regras do estágio segundo a Lei nº 11.788/2008**. 2021. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 01 out. 2025.

OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. **Escassez financeira é a maior dificuldade das OSCs, diz pesquisa**. 2023. Disponível em:
<https://observatorio3setor.org.br/escassez-financeira-e-a-maior-dificuldade-das-oscs-diz-pesquisa/>. Acesso em: 28 out. 2025.

OAB-SP. **Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: avanços e desafios**. São Paulo: OAB-SP, 2016. Disponível em: <https://www.oabsp.org.br>. Acesso em: 01 out. 2025.

OSTERWALDER, A.; PIGNEUR, Y. **Business Model Generation: inovação em modelos de negócios**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2011.

PORTO ADVOGADOS. **Marco Legal das Startups: principais mudanças e impactos para o ambiente de inovação**. 2021. Disponível em:
<https://www.portoadvogados.com>. Acesso em: 01 out. 2025.

REIS, A. **A supervisão no estágio e o desenvolvimento de competências profissionais**. *Revista de Educação e Trabalho*, v. 15, n. 2, 2020. Disponível em:
<https://revistaeducacaoetrabalho.com>. Acesso em: 01 out. 2025.

SEBRAE. **Startups de impacto social transformam comunidades**. 2023. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/startups-de-impacto-social-transformam-comunidades,4f0d2cb8d8a2b710VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em: 01 out. 2025.

VOLPATO, D. **O estágio supervisionado e sua importância na formação profissional**. 2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ReCaPe/article/view/71130>. Acesso em: 01 out. 2025.